

REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA COMO MARCO CULTURAL NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA DE SÃO JOÃO DEL REI: O SOLAR JOÃO ANTÔNIO DA SILVA MOURÃO.

LEMOS, Celina Borges – Escola de Arquitetura – UFMG

BRASILEIRO, Vanessa Borges – Escola de Arquitetura – UFMG, PUC MINAS.

DANGELO, André G. Dornelles – Escola de Arquitetura – UFMG

RESUMO

Artigo analisa arquitetura do solar construído para moradia assobradada e as políticas de preservação e de redefinição de uso do patrimônio cultural localizado em sítio histórico tombado pelo IPHAN. Enfatiza o referencial Solar de propriedade do Comendador João Antônio da Silva Mourão – comerciante e fazendeiro da Comarca do Rio das Mortes – e sua trajetória histórica até tornar-se sede do Museu Regional do IPHAN, em 1950. Bem cultural exemplar da produção arquitetônica civil brasileira no início da segunda metade do século XIX, o edifício de três pavimentos – incomum mesmo para as tipologias de padrão abastado – foi bastante influenciado pela arquitetura rural imperial, onde as vergas alteadas, dentre outros elementos derivados da tratadística francesa neoclássica, são considerados relevantes nesse contexto.

Palavras chave: Arquitetura, preservação, patrimônio, museu, memória.

ÁREA TEMÁTICA: 1. História Econômica e Demografia Histórica

REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA COMO MARCO CULTURAL NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA DE SÃO JOÃO DEL REI: O SOLAR JOÃO ANTÔNIO DA SILVA MOURÃO.

Traçar um panorama sobre a história da arquitetura e do urbanismo da cidade de São João del Rei é, ainda hoje, uma tarefa incompleta, já que os estudos efetuados em sua maioria dedicaram-se apenas a historiar os grandes monumentos religiosos tombados da cidade: a Matriz de Nossa Senhora do Pilar; as igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo; as pontes da Cadeia e do Rosário; os Passos da Paixão de Cristo e os chafarizes coloniais. O texto apresentado pretende abrir o caminho para uma análise mais vinculada a produção da arquitetura civil de maior significado, a partir da análise histórica e arquitetônica do grande Solar construído pelo Comendador João Antônio da Silva Mourão – um dos mais prósperos comerciantes e fazendeiros da Comarca do Rio das Mortes – e sua trajetória histórica até se tornar sede do Museu Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, em 1950.

A Arquitetura Civil em São João del Rei: 300 anos de Sedimentações Históricas

Inicialmente, parece-nos oportuno dizer, antes de entramos no nosso objeto de trabalho, que o Centro Histórico de São João del Rei, diferentemente de outras cidades mineradoras de Minas Gerais, deve ser compreendido como a expressão de um processo dinâmico. Isso porque, ao contrário das demais cidades mineiras do período colonial, a estagnação da riqueza não se deu como consequência imediata do declínio da produção aurífera. Desta forma, encontramos dentro do Centro Histórico da cidade diversos estilos arquitetônicos, que representam os ciclos econômicos vividos pela cidade nos seus 300 anos de existência.

O colonial deve ser entendido com a produção arquitetônica que se refere do Ciclo do Ouro até a Independência do Brasil, em 1822. Posteriormente, o mesmo adaptou-se ao denominado estilo Império que se impõe como moda e sofisticação até 1870. Seguiu-se a ele o Ecletismo, profundamente ligado em uma primeira fase, mais europeia, com o ciclo da Estrada de Ferro Oeste de Minas e posteriormente, em fase mais tardia que vigorou até 1930, com os valores da arquitetura da República Velha. O protomodernismo foi a última manifestação do ciclo estilístico da arquitetura da cidade, estando vinculado ao ciclo econômico ligado ao período áureo das tecelagens sanjoanenses durante o Estado-Novo (1937-1945)

Tendo delimitado essas condicionantes de análise arquitetônica, podemos dizer que do primeiro século de fundação da cidade temos, ainda nos nossos dias, pelo menos cinco exemplares importantes que se fazem merecedores de atenção. Primeiramente, a velha casa da antiga Rua das Mônicas, hoje sede do Instituto Histórico e Geográfico, que representa, com seu balcão em balanço (originalmente com parapeito em pau-a-pique), a transição de uma arquitetura rural de origem paulista, para uma adaptação urbana da cidade em formação.



Imagem 1: Casa mais antiga de São João del Rei (cerca de 1730) .Foto de 1940.
Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.

Caracterizada como arquitetura residencial típica da metade do século XVIII notifica-se a casa situada no Sopé da Serra das Mercês, no antigo caminho para as betas, por muito tempo, denominada e conhecida como “O Fortim dos Emboabas”. Da segunda metade do século XVIII, temos no Largo de São Francisco, numa tipologia que já transita para uma tipologia de sobrado nesse período, temos ainda a casa onde nasceu e casou Bárbara Heliadora. São edificações classificadas por Lucio Costa como edificações do período de “*ocupação do território*”, construídas em madeira e barro e que em geral caracterizam-se pela maior prevalência dos cheios sobre os vazios e soluções de linguagem arquitetônica simples, ditadas pela austeridade construtiva, tanto de formas como de acabamentos.



Imagem 2: Casa de Bárbara Heliadora em São João del Rei – cerca de 1760 (Foto 1940).
Fonte: Acervo Castanheira Flores.

Característicos do período de consolidação da Vila, no início do século XIX, são os grandes sobrados presentes na Rua Direita, construídos em diversos momentos daquele século, como demonstram as variações de pé-direito e de linguagem de acabamentos. Sua presença nesse setor da cidade reflete a

importância social dessa rua até as primeiras duas décadas do século XX, e principalmente o significado econômico, que fomentou a valorização dos lotes que se refletiu nessa tipologia de ocupação do território, onde o comércio ocupava o andar térreo e a residência o superior, estruturada funcionalmente no esquema sala de receber à frente; sala de viver atrás e alcovas no centro.



Imagem 3: Conjunto de Sobrados da Rua Direita em São João del Rei – cerca de 1800-1850 (Foto 1910).

Acervo: André Guilherme Dornelles Dangelo.

Da última fase desse modelo de arquitetura, já na transição da primeira para a segunda metade do século XIX é que surgem novas tipologias de construções assobradas que marcaram o perfil da arquitetura civil sanjoanenses até o fim do século XIX. Estas são relevantes tanto por representarem o apogeu do ciclo da nova riqueza da cidade durante o Império, como também por estruturar os vínculos familiares e laços matrimoniais da elite local com a elite dos Barões do Café que dominam a riqueza do Vale do Paraíba. São dessas matrizes culturais e influências que surgem em São João del Rei, na transição da primeira para a segunda metade do século XX, bastante referenciados na arquitetura rural do tempo do Império, essas edificações de caráter nobre, com vergas alteadas, derivadas da tratadística francesa de Blondel, trazida pela Missão Francesa de 1816 e dessas grades de sacadas de rebuscados desenhos importadas da Inglaterra. É da Corte que vem esta valorização estética pautada pelo rigor compositivo Neoclássico, que propiciou, no Brasil, toda a arquitetura do Império até as primeiras manifestações do Ecletismo. Neste contexto, registra-se o gosto pelo rigor e pela ordem compositiva que condicionam a construção do mais surpreendente edifício do período, ou seja, o grande Solar de três pavimentos objeto desta comunicação. Construído por determinação do Comendador João Antônio da Silva Mourão em 1857, que segundo o olhar apurado do arquiteto Lucio Costa, representa o edifício responsável por introduzir na arquitetura civil da cidade, tanto as primeiras manifestações do Ecletismo, ainda sobre a linguagem colonial, mas também um tipo de arquitetura nobre que fez escola na cidade. Pondera ainda que o surgimento desse coincide com as novidades arquitetônicas que se tornaram um modismo estilístico, único no Brasil, sendo adaptado e copiado na região em todas as edificações cujos proprietários perscrutavam atribuir um ar de nobreza às edificações.

O Solar João Antônio da Silva Mourão: a invenção de uma casa nobre em São João del Rei no século XIX



Imagens 4 e 5: Retrato pintado do Comendador João Antônio da Silva Mourão e o pomposo edifício por ele construído em 1857 (Foto 1940).

Fonte: Acervo Castanheira Flores.

Cidadão de origem portuguesa, como muitos senhores de prestígio na Província de Minas Gerais durante o século XIX, O Comendador João Antônio da Silva Mourão, prosperou como comerciante e homem de negócios num momento em que a Vila de São João del Rei tinha se enriquecido pela sua posição geográfica estratégica no circuito entre o sul e o Oeste de Minas. Sua fortuna também foi multiplicada pelos três casamentos que fez durante a sua longa vida, em que seguindo as estratégias sociais do seu tempo em que vincula as decisões sobre o matrimônio com negócios que propicia a união das famílias abastadas da cidade e da região. Apreciador do requinte, quando o Comendador, já em idade avançada opta por construir o grande edifício da chamada Praça do Tamandaré, num local de grande centralidade e visibilidade dentro da estrutura urbana da cidade. Além do conforto que a moradia traria, investiu nitidamente numa demonstração pública de distinção social, própria dos homens ricos do seu tempo. Segundo Castanheira Flores (2009), o edifício é fruto direto do contato do Comendador com a renovação do gosto arquitetônico que a Missão Francesa trouxe ao Brasil. Segundo o pesquisador:

A influência Neoclássica é identificada nas folhas das portas abrindo à francesa, acabadas com vidro, e também nos trabalhos de estuque em baixo relevo, com motivos fitomorfos e pilares com capitel coríntio; grandes de ferro com flores estilizadas nas sacadas – provavelmente já industrializadas e importadas. Interessante, neste ponto, vemos que todos esses detalhes classicizantes conferiam personalidade ao casarão. Esta edificação, dos detalhes ao porte, não era uma construção usual para o período, com tipologia simplificada e variações em profusão na malha urbana. (CASTANHEIRA FLORES, 2009, p. 169)



Imagens 6 e 7: Detalhes da sofisticação construtiva do solar: Estrutura colonial sofisticada com ornamentação de influência Neoclássica e Eclética – (Foto 2011).

Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.

Do ponto de vista da leitura do edifício, podemos primeiramente dizer que umas das principais estratégias de distinção do edifício se faz pela implantação da fachada principal cujo corpo principal em três pavimentos, abre para o antigo Rossio e grande largo de comercio do Centro da Vila na metade do século XIX. Nesta localidade tinha se instalado em 1833, por deliberação do Senado da Câmara, o belíssimo Chafariz dos Arcos, o primeiro dos novos anos de prosperidade da Vila. No entanto, o anônimo projetista do edifício ainda tem que articular a monumentalidade da composição com o gabarito mais restritivo, tanto da rua da praia quanto com a rua do Comercio, novo lugar do comércio importante, onde já impera um gabarito de um e dois pavimentos. Solução essa que o mesmo faz com maestria escalonando o volume de um e outro lado, valorizando assim o corpo principal do edifício que se abre para a vastidão da praça. Conformava uma situação privilegiada para os visitantes e viajantes provenientes principalmente da Região do Sul de Minas e da Capitania de São Paulo que são levados a contemplar o suntuoso edifício antes de adentrar para o centro da cidade.



Imagem 8: Vista da inserção do Edifício em relação a praça fronteira e a paisagem da cidade (Foto de 1875).

Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.

Do ponto de vista da organização funcional, a partir das informações dos Inventários dos descendentes do Comendador e do material que existe nos arquivos do IPHAN, o edifício organizava-se verticalmente em torno da escada, que distribuía as funções principais da setorização da casa. Sua estratégia projetual priorizava receber e assegurar a localização da área nobre na parte frontal do edifício voltando-se para o Largo, sendo a faixa dos fundos reservada para a privacidade da vida da família. Do ponto de vista da organização por pavimentos verificamos que no térreo havia um escritório de negócios, depósitos, alojamentos de escravos e um pátio com poço e cavaliça.

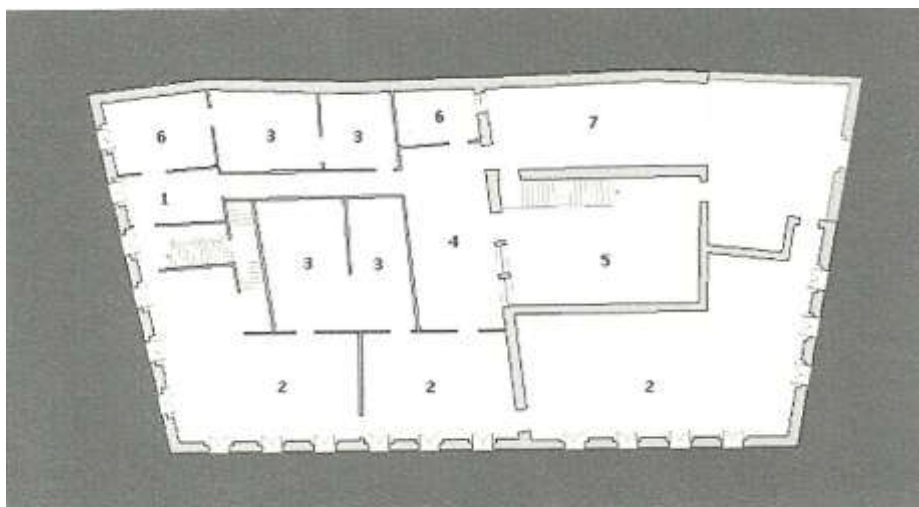


Imagem 9: Planta do pavimento térreo original: 1: Hall; 2. Loja e Depósito; 3. Alcovas; 4. Salão; 5.Pátio; 6. Quartos e Saletas; 7. Área coberta.

Fonte: IPHAN.

Para o acesso ao segundo pavimento, subia-se do ponto de vista social, por uma escada em T que partia da rua do Comercio e que no seu patamar intermediário, distribuía as funções: social e íntima (uma em cada direção). A direção social chega ao grande salão de receber que se abria para a Praça e onde também se localizava a cozinha que estava conectada por fora com escada de alvenaria de pedra com o pátio do poço e da cavalaria.

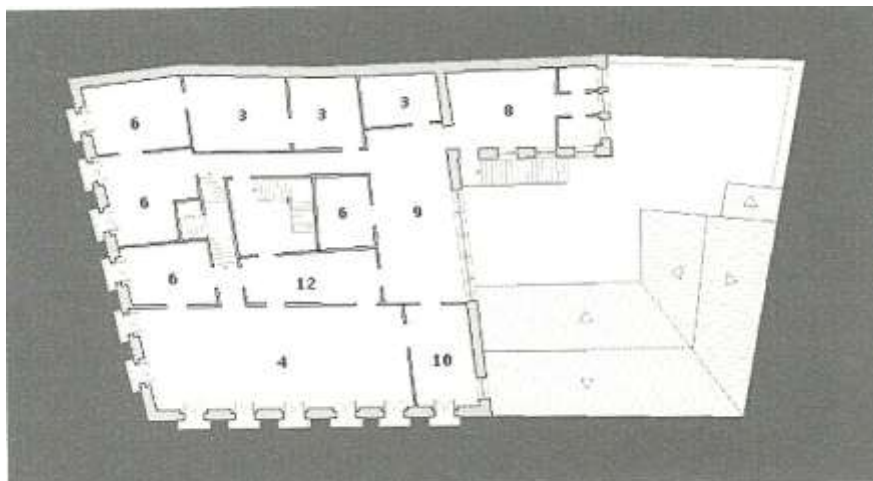


Imagem 10: Planta do Segundo pavimento original: 1: Hall; 2. Loja e Depósito; 3. Alcovas; 4. Salão; 5. Pátio; 6. Quartos e Saletas; 7. Área coberta; 8. Cozinha; 9. Sala de Viver; 10. Oratório; 12. Cômodo de Circulação.

Fonte: IPHAN.

Segundo o Inventário da herdeira Jacinta Gabriela Mourão, analisado por Castanheira Flores (2009), anexado a grande sala ainda existiam uma série de cômodos (alcovas) remanescentes da cultura da casa do século XVIII, onde se guardavam faqueiros, porcelanas e outros objetos de mesa. Outros cômodos de maior dimensão articulados a sala principal eram utilizados como sala de música e de saraus. Segundo o Inventário, o mobiliário era amplo e sofisticado e utilizava madeiras de primeira qualidade e metais. Havia também retratos pintados na parede feitos por artistas estrangeiros. O arrolamento de bens do Inventário ainda cita a presença de: “objetos de prata nos serviços de mesa, porcelanas, cristais, moveis com encosto e assento de palhinha, piano de cauda *pleyel*, camas francesas e espelhos com moldura” (CASTANHEIRA FLORES, 2009).

Para quem seguisse em direção ao pavilhão familiar, por uma segunda escada que saía dentro de um cômodo de transição, chega-se ao terceiro pavimento, onde se encontraria uma serie de quartos interligados a moda colonial e algumas alcovas, sendo uma o tradicional quarto do Oratório, de grande tradição na casa nobre brasileira. Havia voltado para a praça, sob o salão de receber do segundo andar, um espaço íntimo amplo e diverso para atender à numerosa família do Comendador.

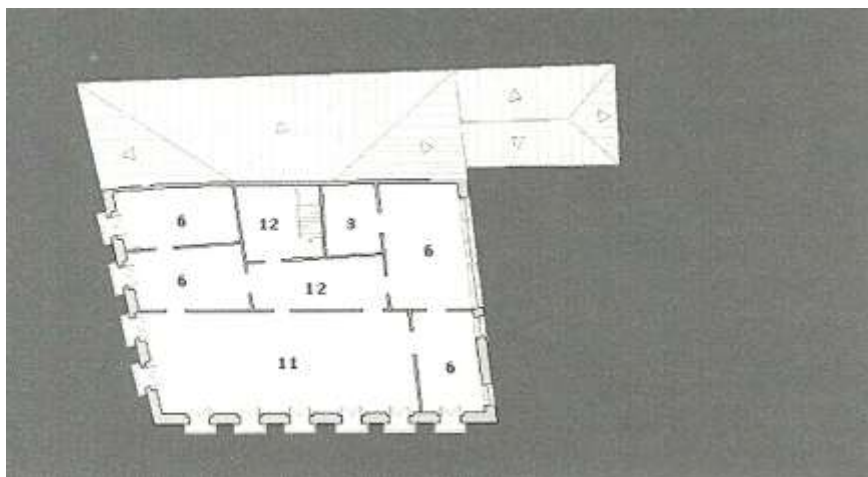


Imagem 11: Planta do Terceiro pavimento original: 3. Alcovas; 6. Quartos e Saletas; 11. Sala de estar íntima; 12. Cômodo de Circulação. (Fonte: IPHAN)

Do ponto de vista da composição arquitetônica do edifício é notória a referência da tratadística francesa de Blondel, que tanto condicionou a reconstrução da Baixa em Lisboa. O ritmo e a Ordem na composição dos cheios e vazios são altamente eruditos e soma-se a esta a proporção alta dos pés direitos, a fim de equilibrar a altura das portas ligadas já ligadas à geometria do retângulo, e uma prova inequívoca do ar de transformação desse edifício. Simultaneamente, a solução projetual surge sobre a inspiração da velha arquitetura colonial do século XVIII e incorpora na sua linguagem decorativa e no seu arranjo rítmico, certo ares de um Eclétismo que apenas uma década mais tarde já não tão timidamente, decora alvenarias e sob as platibandas do novo Edifício do Paço Municipal, terminado em 1867.



Imagens 12,13,14: Detalhes do rigor e requinte construtivo do solar: Estrutura colonial que se moderniza com a ornamentação de influência Neoclássica e Eclética – (Foto 2011).
Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.



Imagem 15: Novo Paço Municipal de São João del Rei (1867): Estrutura colonial sofisticada com a ornamentação de influência Neoclássica e Eclética que aqui já se apresenta também com a introdução das platibandas e a grades de balcão corrido.– (Foto 2000).

Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.

Por um capricho do destino, passado menos de uma centúria do término dessa emblemática construção, com a mudança dos valores e dos hábitos que o mundo moderno trouxe a São João del Rei, por volta de 1926, os descendentes do Comendador vedem o Solar ao Coronel Felisbino de Resende. Em 1943, o novo proprietário comercializa o imóvel para a Incorporadora CIMOSA, que atenta a valorização da sua localização, num tempo que o automóvel e o turismo começavam a ser uma possibilidade comercial a ser explorada pela histórica cidade, propuseram a Prefeitura Municipal, responsável da Praça que autorizasse a demolição do imóvel. A demolição seria seguida da construção um Hotel de doze pavimentos e em contrapartida a incorporadora faria a construção de uma nova Rodoviária para a cidade na Praça Fronteira. Como o edifício era tombado pelo IPHAN, inicia-se aí uma das mais longas batalhas pela preservação do patrimônio cultural da cidade, onde se tem registro inúmeras informações pautadas por mentiras, simulações, laudos falsos, demolições sem alvarás, o que culminou praticamente na demolição de dentro para fora do histórico sobrado pela Empresa. Esta apenas interrompeu quando em 1946 o IPHAN, com o apoio da Justiça Federal, conseguiu desapropriar o imóvel.



Imagens 16, 17, 18, 19: Detalhes do processo criminoso de tentativa de demolição do Solar – (Foto 1942-1946)

Fonte: Arquivo IPHAN.

A elaboração do projeto de restauro contou com sua restauração as orientações conceituais do renomado e respeitado arquiteto Lucio Costa, que assim se expressou sobre o problema da restauração em Carta a Rodrigo Mello Franco de Andrade em 1947:

[...] tratando-se de uma casa de meados do século XIX, construídas, como as demais casas são-joanenses dessa época, em obediência á modalidade do nosso estilo imperial que se manteve alheia ás influencias neo-clássicas acadêmicas e fiel ao desenvolvimento da tradição colonial, ainda que com algumas inovações, consideramos que preservar as peculiaridades de planta que correspondem efetivamente aos usos e costumes da época, a fim dele permitir quanto possível, a reconstituição dos ambientes familiares (sala de visitas, sala de jantar, cozinha, quartos, etc.) não impedirá a melhora eventual de alguns de seus elementos correspondentes de época..” (COSTA *apud* CASTANHEIRA FLORES, 2009, p.30).

No entanto, na prática, essa solução mostrou-se impossível pelo grau de desestabilização e comprometimento que o imóvel tinha chegado até chegar às mãos do IPHAN com as demolições criminosas. Diante dessa constatação, segundo

Castanheira Flores, ficou decidido que não haveria como preservar mais as plantas originais e assim as premissas iniciais foram abandonadas em busca de uma recriação crítica livre com o objetivo de conceber uma distribuição interna do espaço que melhor se adaptasse a receber e instalar o acervo que veio a compor o novo e denominado Museu Regional do IPHAN. Do ponto de vista das fachadas e volumetria, optou-se por uma tentativa de recuperar mais fielmente o desenho e detalhes originais, já que a matéria preservação do sobrado estava em melhores condições que o interior.



Imagem 20: O Solar reconstruído pelo IPHAN (1946-1952) Foto de 2011.
Fonte: Acervo André Guilherme Dornelles Dangelo.

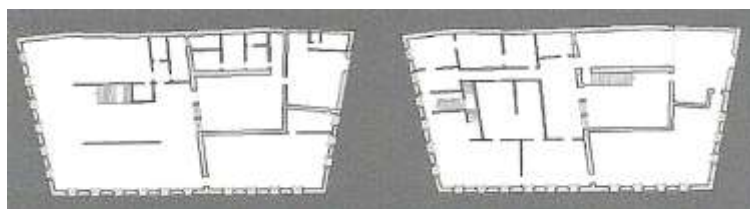


Imagem 21: Plantas de reconstrução Térreo: antes e depois da intervenção (1946-1952)
Fonte: IPHAN.

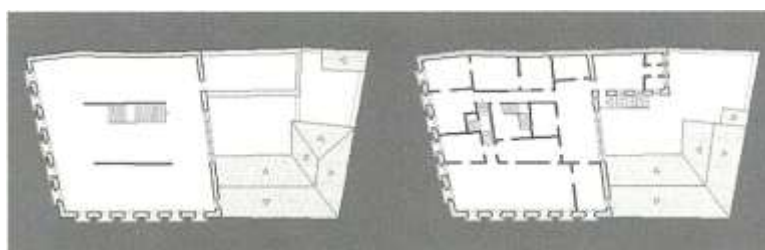


Imagem 22: Plantas de reconstrução 2º pavimento: antes e depois da intervenção (1946-1952)
Fonte: IPHAN.

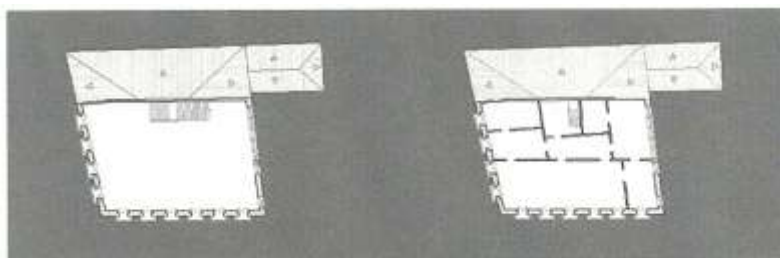


Imagem 23: Plantas de reconstrução 3º pavimento: antes e depois da intervenção (1946-1952)

Fonte: IPHAN.

O Museu Regional foi inaugurado em 1953, com um acervo vasto que perpassa os representativos dos períodos colonial e imperial da arte e do mobiliário brasileiro, e toda uma série de painéis que tratam da importância e da valorização da memória arquitetônica de São João del Rei. De todo esse processo, ficou um alerta sobre a fragilidade dessas obras e como um marco cultural e político expressivo da luta hercúlea do IPHAN e de uma comunidade pouco esclarecida, num determinado momento de sua história, sobre a importância de um dos maiores símbolos da arquitetura da sua própria memória.

Por fim, é relevante mencionar a validade do processo de reconstrução, tema, ainda hoje dos mais polêmicos na área de intervenção em monumentos. No entanto, é preciso entender que estava em jogo em 1946, antes do advento da Carta de Veneza e mesmo de uma cultura mais clara sob como intervir nos monumentos, era o papel pedagógico da ação que deveria intimidar outras ações do mesmo gênero na cidade. Dentro dessas condicionantes, ainda que no futuro, outras ações contra a preservação do patrimônio fossem articuladas pelos mesmos grupos progressistas, as lições do processo da Casa do Comendador João Antônio da Silva Mourão sempre serviram de balizas para conter em grande parte o correr afoito dessas ações especulativas. Nesse sentido, consideramos que a reconstrução como foi executada conceitualmente, foi uma solução acertada para o período e que respondeu de forma correta a todas as suas condicionantes envolvidas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CABRITA, António Reis, AGUIAR, José; APPLETON, João. *Manual de apoio a reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1992.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Patrimônio cultural nas cidades contemporâneas: o caso de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: EAUFMG, 1991.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.) *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CASTANHEIRA FLORES, Ralf José. *São João del Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Pós- Graduação em Arquitetura, Universidade de São Carlos, São Carlos-SP, 2009.

CESCHI, Carlo. *Storia e teoria del Restauro*. Milano: Mario Bulzone Editore, 1970.

CORONA; LEMOS. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa - registros de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do Ouro; Campos das Vertentes – Diretrizes para o Desenvolvimento da Estrutura Urbana e Preservação do Centro Histórico de São João del Rei*. Belo Horizonte: Fundação Joao Pinheiro, 1982. 2v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *São João del Rei: como entender, proteger e viver a cidade*. Belo Horizonte: FJP, 1984.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Cartas patrimoniais*. Brasília: MinC/IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos, n.3).

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no corredor cultural*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *A cor*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Rio Arte, 1990.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Morada paulista*. São Paulo: Nobel, 1989.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980. (Publicações do SPHAN, 31).

SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (separata), Rio de Janeiro, v. 17, 1969.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 20, 1984, p. 29-32.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento: residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

WASTH RODRIGUES, José. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1975.

FONTES:

Arquivos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – São João del Rei. (Seção de Fotografias e Dossiês de Tombamento)

Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público Mineiro (Seção de Fotografias).